

AS COLECCÕES DE HISTÓRIA NATURAL DO MUSEU DA AJUDA (LISBOA) E A GUERRA PENINSULAR (1807-1808). AS ELITES PORTUGUESAS FACE AO PODER NAPOLEÓNICO

JOÃO PAULO S. CABRAL
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Portugal

Resumo

As forças de Junot confiscaram em Portugal, do Museu da Ajuda em Lisboa, importantes colecções de história natural que foram levadas para Paris, para o Muséum National d'Histoire Naturelle. O pressuposto ideológico era que a França tinha melhores condições para preservar e estudar os exemplares do que o usurpado e que se pretendia fazer avançar a ciência. Perante a ocupação militar e na ausência do príncipe-regente, foram vários os membros das elites portuguesas que acataram, formal e circunstancialmente, ordens recebidas das tropas francesas, conforme indicação dada por D. João. As personalidades presas durante a Setembrizada, como Domingos Vandelli, e deportadas para os Açores, não seriam julgadas e acabariam por regressar a Portugal Continental. A apreciação que uma certa historiografia fez da legitimidade da usurpação de objectos de história natural com o recurso à força das armas, não nos parece ser actualmente aceitável, em face do desenvolvimento e maturidade das sociedades de hoje.

Abstract

Junot's forces confiscated important natural history collections from Museum of Ajuda, in Lisbon, that were taken to Paris, to the Muséum National d'Histoire Naturelle. The ideological assumption was that France had better conditions to preserve and study the specimens than the usurped and that it was intended to advance science. In view of the military occupation and in the absence of the prince-regent, several members of the Portuguese elites, formally and circumstantially accepted orders received from the French troops, according to indication given by D. João. Personalities imprisoned during the Setembrizada, as Domingos Vandelli, and deported to the Azores, would not be tried and would eventually return to Mainland Portugal. The appreciation that a certain historiography made of the

Recibido el 6 de enero de 2020 — Aceptado el 16 de junio de 2020

<https://doi.org/10.47101/llull.2021.44.88.cabral>

LLU, Vol. 44 (N.º 88) 2021 - ISSN: 0210-8615, pp. 101-124

legitimacy of the usurpation of natural history objects with the use of force of arms, does not seem to us to be acceptable at present, in the light of the development and maturity of today societies.

Palabras clave: Guerra Peninsular; Museo de Ajuda (Lisboa); Domingos Vandelli, Historia Natural; Setembrizada.

Keywords: Peninsular War; Museum of Ajuda (Lisbon); Domingos Vandelli; Natural History; Setembrizada.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da moderna taxonomia lineana com o seu código descritivo normalizado e o aumento exponencial do número de plantas e animais conhecidos [CABRAL, 2018], o colecionismo de espécimes exóticos de história natural ascendia a um patamar mais elevado, que agora pretendia constituir, de forma organizada e sistemática, grandes colecções representativas da diversidade dos três reinos da natureza. Ao mesmo tempo, na Europa constituem-se sociedades e academias científicas, como a Royal Society e a Académie Royale des Sciences, instituições pioneiras estabelecidas durante a segunda metade do século XVII, e durante o século XVIII, a Academia Scientiarum Imperialis Petropolitana (1724), a Academia Real das Ciências de Uppsala (1739), a Academia de Turim (1783), a Academia Real das Ciências e Belas-Letras estabelecida em Nápoles (1787), entre outras [IM HOF, 1995; FERRONE, 1997]. Elaboram-se instruções de viagem que pretendem orientar, controlar e normalizar a observação e a acção dos naturalistas em viagem [REGOURD, 2008].

Neste contexto, destaca-se, em Portugal, a criação do Jardim Botânico e Museu de História Natural da Ajuda (1768)¹ e a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Em 1768, D. José I encarregou Domingos Vandelli (1735-1816), de estabelecer o Jardim Botânico e Museu da Ajuda. Nos seus inícios, o museu albergava sobretudo exemplares trazidos dos territórios ultramarinos, em particular do Brasil [CABRAL, 2018]. Em meados da década de 1790, o Jardim Botânico contava com 1.316 plantas em crescimento, estando contudo as medicinais e as de interesse económico deficientemente representadas [BRIGOLA, 2009, p. 51]. Em 1798 estes estabelecimentos estavam abertos ao público em geral em duas tardes por semana². Quatro anos mais tarde, foi determinado ampliar este horário para três dias completos por semana “a todas as pessoas de Luzes, e decentes, que por instrução ou por gosto quiserem nele passear” [BRIGOLA, 2009, pp. 71-72]. Este horário alargado para o público em geral seria depois restringido a um único dia por semana, mantendo-se no entanto amplo acesso aos interessados e estudiosos da história natural [BRIGOLA, 2009, p. 96]. As colecções do Museu da Ajuda foram enriquecidas em 1798 pela oferta do gabinete de história natural de António Jacinto de Araújo³, que tinha falecido no ano anterior. Era constituído principalmente por conchas de moluscos (fluviais, marinhos e terrestres, em elevado número) e vertebrados brasileiros, rochas e minerais e respectivo mobiliário de exposição⁴. Chama a nossa atenção um coco das Maldivas, uma peça de grande exotismo e procura nos gabinetes de história natural europeus [CABRAL, 2015]. Seria a partir das colecções de história natural

do Museu da Ajuda que se constituiria o núcleo principal do Museu de História Natural da Universidade de Coimbra e do museu da Academia Real das Ciências de Lisboa [BRIGOLA, 2009, p. 96]. Domingos Vandelli era formado em medicina pela Universidade de Pádua, sua terra natal. Em 1764, foi convidado pelo marquês de Pombal para ser professor do Real Colégio dos Nobres, o que acabaria por não se concretizar⁵. Em 1772 foi contratado como professor de história natural e de química da Universidade de Coimbra⁶. Nesta Universidade, dirigiu a instalação de um jardim botânico, um museu de história natural e um laboratório químico. Em 1788, foi nomeado deputado da Real Junta do Comércio. Jubilado da Universidade de Coimbra em 1791, regressou a Lisboa onde dirigiu o Jardim e Museu da Ajuda. Publicou um conjunto de memórias que pretendiam contribuir para o relançamento da agricultura e das manufacturas e para o progresso da ciência útil, e uma série de trabalhos sobre a história natural de Portugal e do Brasil. Estes contêm os primeiros inventários das espécies de plantas (nativas e cultivadas) e animais (nativos e presentes em jardins e parques) de Portugal (Continental), organizados segundo a taxonomia de Lineu. A Vandelli também se deve a preparação profissional de naturalistas com missões ultramarinas, em particular para o Brasil, e a autoria de instruções aos viajantes naturalistas [CRUZ, 1976; RÓMULO DE CARVALHO, 1987; CARDOSO, 2003a, 2003b; BRIGOLA, 2009; FERREIRA, 2017; CABRAL, 2018; DOMINGUES, 2019]. Na fundação da Academia Real das Ciências esteve directamente envolvido o 2.º duque de Lafões, o visconde de Barbacena, o abade José Correia de Serra e Domingos Vandelli. A este núcleo se juntaram alguns dos antigos sócios da Academia Real da História Portuguesa. Os primeiros estatutos foram aprovados pela rainha a 24 de Dezembro de 1779 [CABRAL, 2018; DOMINGUES, 2019].

Ao longo de duas décadas do período pós-1789, a França usurpou, em grande escala, bens culturais de múltiplos países que invadiu e ocupou militarmente. Um dos argumentos justificativos apresentados pelas elites francesas que perpassa durante o período pós-1789 é o de que não se tratava de um *enlevement* (roubo) ou de um *butin* (saque), mas antes uma *extraction* (remoção) ou *saisie* (apreensão) por uma autoridade considerada como legítima, com a finalidade de fazer avançar a ciência e a civilização. Argumentava-se que a confiscação de obras de arte e sua deslocação para instituições francesas salvaria as peças da negligência dos seus donos – Paris era a mais segura “arca do conhecimento”. Esta atitude tinha na retaguarda as instituições científicas do Estado francês sediadas em Paris, como a Academia das Ciências, o Colégio Real, o Observatório, o Jardim do Rei e o seu sucessor, o Museu de História Natural. Nelas trabalhavam, em regime de exclusividade e pagos pela coroa, investigadores e académicos, criando talento inventivo do qual sempre depende o progresso [HAHN, 1975]. Era para esta elite que afluíam os objectos culturais e naturais usurpados, em vários países, durante as guerras napoleónicas, material indispensável para alimentar a produção científica dos académicos franceses e enriquecer os museus da capital, tanto mais que durante o regime de Napoleão a ciência foi especialmente favorecida em detrimento da literatura [CROSLAND, 1975]. Existia ainda um outro argumento para estas confiscações: os frutos do génio artístico ou científico pertencem à liberdade e não a uma dada nação em particular; a repatriação destas peças para a sede da liberdade (França) permitiria que fossem admiradas por cidadãos em vez de serem “sujas pelo olhar da servidão”. Napoleão Bonaparte

lembraria ao astrónomo italiano Oriani que “qualquer génio, qualquer que seja o país em que tenha nascido, é um cidadão francês” [GILKS, 2013, pp. 118-120].

Em busca das melhores peças, foram nomeados especialistas para viajarem e acompanharem as tropas francesas. Em 1795, quando a Holanda foi invadida e ocupada pelas tropas francesas, à semelhança do que aconteceria depois em Portugal, muitos exemplares de história natural (e chapas de cobre com desenhos destes exemplares) do gabinete de história natural do príncipe de Orange, Guilherme V de Nasau, foram confiscados, levados para Paris e integrados no Museu Nacional de História Natural. Os académicos franceses Bartholomy Faujas de Saint-Fond (1741-1819) e André Thouin (1747-1824) foram especialmente enviados a Haia em Março de 1795 para seleccionarem o que seria confiscado. O empacotamento começou no dia 11 deste mês tendo Faujas de Saint-Fond escolhido os mamíferos, minerais e répteis, e Thouin as aves, insectos e outros exemplares. Foram necessários 40 dias para empacotar e inventariar o material seleccionado. No dia 19 de Abril de 1795, um navio com 95 caixas, o primeiro de três carregamentos, deixou Haia em direcção a Paris [ENGEL, 1939; HOLTHUIS, 1969; THIREAU, SPRACKLAND y SPRACKLAND, 1998]. A colecção de peixes do gabinete do príncipe de Orange, muitos dos quais provinham da colecção de Albertus Seba (1665-1736), seria usada por Bernard Germain Etienne de Laville de Lacépède (1756-1825), Georges Frédéric Cuvier (1773-1838) e Achille Valenciennes (1794-1865) para a descrição de espécies novas para a ciência. Apesar de, em 1798, Lacépède caracterizar estes espécimes como tendo sido “cedidos à França pela nação holandesa sua aliada”, estaria a usar um estilo “lírico” para agradar ao poder em França e não a descrever o que realmente aconteceu [BOESEMAN, 1970, p. 184].

2. A ENTRADA DAS TROPAS DE JUNOT EM PORTUGAL

As tropas francesas entram e progridem em território português, concentrando-se em Abrantes, onde chegam a 22 de Novembro de 1807. Dias antes, a 17 de Novembro, ainda em território espanhol, o general Jean-Andoche Junot (1771-1813)⁷ publicava uma proclamação ao povo português, na qual se assumia como o libertador do país do jugo inglês, mensagem que repetirá já depois de instalado em Lisboa [JASPAR, 1961, p. 250]. No dia 29 de Novembro, as tropas francesas chegavam a Santarém. Ali se dirigiu uma delegação da Maçonaria⁸ acompanhada por representantes dos governadores, o tenente-general Martinho de Sousa Albuquerque e Alte e o brigadeiro Francisco de Borja Garção Stockler. O exército francês entrou em Lisboa no dia seguinte, 30 de Novembro de 1807, sem encontrar qualquer resistência militar. Muito pouco tempo antes, na madrugada de 29 de Novembro, a família real e uma comitiva com cerca de 12.000-15.000 pessoas embarcava para o Brasil numa retirada de grande dramatismo, única na história da Idade Moderna da Europa, mas que tinha sido preparada com cuidado nos meses anteriores [JASPAR, 1961, p. 251; WILCKEN, 2004; AVILLES, 2005; LIGHT, 2005]. Esta comitiva englobava uma parte da elite política, religiosa e cultural da época, entre nobres, militares, funcionários, clérigos, literatos e cortesãos. Uma boa parte destas pessoas não voltará do Brasil. O tesouro real, uma grande quantidade de diamantes, um elevado número de caixotes com documentos do Estado e a

biblioteca pessoal de António Araújo de Azevedo foram também embarcados [WILCKEN, 2004; CARDOSO, 2010]. A partida da família real para o Brasil terá sido aconselhada pelo embaixador britânico, Lord Strangford e teve o acordo do Conselho de Estado. “Nunca em qualquer época da história moderna foi um soberano chamado pelo destino para tomar uma decisão tão séria”⁹ [JASPAR, 1961, p. 249]. Este facto, de capital importância e enormes consequências¹⁰ foi, na altura, interpretado de forma divergente por membros destacados da sociedade portuguesa, como Eusébio Gomes, camareiro do palácio de Mafra, José Agostinho de Macedo, Fr. José Liberato Freire de Carvalho e Francisco Soares Franco. Os adeptos da causa inglesa eram liderados por Rodrigo de Sousa Coutinho, acérrimo defensor de uma nação imperial cuja sede podia ser provisoriamente deslocada para o Brasil, e o partido francês por António Araújo de Azevedo. Ambos embarcariam para o Brasil com a família real [ARAÚJO, 1998, pp. 27-28; DAUPIÁS D’ALCOCHETE, 1999; WILCKEN, 2004; CARDOSO, 2005; LIGHT, 2005].

Antes de partir, a 26 de Novembro de 1807, o príncipe D. João nomeou um Conselho de Regência [SERRÃO, 2002, pp. 19-20]. A preservação da paz, com a consequente colaboração dos “exércitos das nações a que Portugal se achava unido no continente”, deveria constituir as principais linhas de força da acção do Conselho de Regência durante a ocupação napoleónica, conforme instruções dadas pelo príncipe D. João [ARAÚJO, 1998, p. 28]. Tal atitude de complacência seria efectivamente manifestada logo na recepção das tropas napoleónicas. Uma deputação constituída por personalidades ligadas à regência, aos comerciantes franceses estabelecidos em Lisboa e à Academia Real das Ciências, e uma outra delegação ligada à Maçonaria, dirigiram-se a Sacavém a 29 de Novembro, a fim de saudar e pedir protecção a Junot. Junot entraria em Lisboa acompanhado por uma escolta militar da Guarda Real da Polícia [ARAÚJO, 1998, 28; DAUPIÁS D’ALCOCHETE, 1999, p. 189; LACERDA, 2015].

Durante as primeiras semanas da ocupação francesa, as estruturas administrativas judiciais e fiscais do estado português não sofreram alterações de monta. Não obstante, a situação evolui rapidamente, transforma-se e agudiza-se. A 1 de Fevereiro de 1808, Junot extingue o Conselho de Regência e proclama oficialmente a destituição da Casa Real de Bragança [SANTOS GRAÇA, 2005]. Em mensagem dirigida aos “habitantes do reino de Portugal”, Junot afirmava peremptório que “decidio-se a sorte de Portugal, e segurou-se a sua felicidade futura”. Napoleão tinha tomado o reino “debaixo da sua omnipotente protecção”. O príncipe D. João que poucas semanas antes (a 4 de Dezembro de 1807) era “respeitavel pelas suas virtudes”, agora, que tinha “abandonado Portugal, renunciou todos os seus direitos à Soberania deste Reino”. “A Casa de Bragança acabou de reinar em Portugal”¹¹.

A partir de então todos os decretos, cartas e alvarás passam a ser assinados “Em Nome de S. M. o Imperador dos Francezes, Rei de Itália e Protector da Confederação do Reno”. O selo do governo passava a ser o mesmo do império francês, com a legenda de “Governo de Portugal”¹². A 1 de Fevereiro é lançada sobre o reino uma contribuição de 40 milhões de cruzados. À Junta do Comércio são cobrados 6 milhões. O ouro e a prata de todas as igrejas, capelas e confrarias da cidade de Lisboa e seu termo eram conduzidos à Casa da Moeda, só ficando nas igrejas as peças necessárias ao culto. O valor destes objectos seria descontado na

contribuição total fixada. Dois terços dos rendimentos dos membros do clero e dos comendadores das ordens militares, metade das rendas das casas alugadas, os impostos aplicados aos cavalos, carruagens e “criados”, eram confiscados¹³ [ARAÚJO, 1998, pp. 29-30; SERRÃO, 2002, p. 31]. Junot procura o apoio da Maçonaria e esteve prestes a ser eleito grão-mestre do Grande Oriente Lusitano em substituição de Sebastião José de São Paio [DAUPIÁS D'ALCOCHETE, 1999, p. 191].

Junot, que ostenta a insígnia da Ordem de Cristo, obtida durante o período de legação em Lisboa, e o título de duque de Abrantes, concedido por Napoleão a 2 de Abril de 1808¹⁴, estabelece o seu governo no Palácio do barão de Quintela, promove recitais e espectáculos de ópera no Teatro de S. Carlos, participa em solenidades religiosas, desfiles e paradas militares [ARAÚJO, 1998, p. 30].

A 7 de Abril, uma delegação da Academia Real das Ciências de Lisboa, constituída por Domingos Vandelli, Joaquim de Fóios e Francisco de Borja Garção Stockler, dirige-se a Junot em tom de admiração. Depois de invocarem “os progressos das Sciencias na Europa, desde a memoravel época de 1789 até ao presente”, nos quais participaram “os Sabios da França”, e que Napoleão tinha dado ao “mundo inteiro a prova mais irrefragavel [sic] de quanto preza as Sciencias e de quanto efficazmente deseja promover o seu adiantamento”, anunciavam que Junot tinha sido eleito por unanimidade sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, e que por esta forma lhe vinham entregar o respectivo Diploma Académico. A Academia nomeava ainda como sócio Carrion Nizas, especialista em literatura francesa¹⁵.

Bonaparte chegou a Baiona, na Galiza, a 14 de Abril de 1808, tendo no dia 26 recebido uma representação portuguesa que lhe transmitiu um testemunho de obediência [SANTOS GRAÇA, 2005]. Era constituída por membros da alta nobreza e do clero. Teriam formulado o pedido para que Napoleão assumisse o trono de Portugal? Não se tendo um conhecimento rigoroso das conversações, o imperador terá pedido que Portugal se unisse ao continente e se afastasse da órbita inglesa. De qualquer forma, a delegação portuguesa foi impedida de regressar a Portugal, só o tendo feito em 1814 [SERRÃO, 2002, pp. 35-37; LACERDA, 2015].

3. A USURPAÇÃO DE ESPÉCIMENES DE HISTÓRIA NATURAL DO MUSEU DA AJUDA (LISBOA)

É neste contexto de ocupação militar e tomada do poder que se dá a usurpação de espécimes de colecções de história natural que existiam em instituições de Lisboa, em particular do Museu da Ajuda [VICENTE, 2003; LACERDA, 2015]. Esta apropriação indevida e ilegítima, com recurso à força das armas, foi justificada, como era hábito das elites francesas, no pressuposto ideológico de que o usurpador tinha melhores condições para preservar os exemplares do que o usurpado e, portanto, para a posteridade, as peças estariam melhor protegidas em instituições francesas do que em portuguesas.

A 7 de Janeiro de 1808, em carta dirigida aos administradores do Museu Nacional de História Natural de Paris, o Ministro do Interior francês, Emmanuel Crétet (1747-1809), informava que Napoleão tinha autorizado o envio de um naturalista a Lisboa, “para visitar as colecções de história natural que devem ser preciosas e para examinar quais são os objectos

que poderiam ser transportados para Paris” e pedia à direcção do Museu a indicação das pessoas que pudessem desempenhar esta missão [DAGET y SALDANHA, 1989, p. 47¹⁶]. A resposta do Museu foi redigida por Cuvier, então director do Museu Nacional de História Natural de Paris: “Pensamos que esta medida [o envio de um naturalista nas tropas de Junot] será tão útil para Portugal como para nós. Escolhendo o que nos interessa, o comissário assegurará para o país [Portugal] a conservação do resto [o que não seria levado pelas tropas francesas] e a experiência tem mostrado que, sem semelhantes precauções, por todo o mundo colecções preciosas perderam-se totalmente. Não resta dúvida que o nosso estabelecimento [o Museu Nacional de História Natural de Paris] não possa muito lucrar com esta viagem. Sabemos que em Portugal existem vários gabinetes [de história natural] públicos, ricos em produções dos três reinos [da natureza] da Índia e do Brasil, que não temos, em virtude da falta de relações com estes países afastados. O próprio Portugal produz vários objectos que seriam interessantes para a França e como tudo isto deve lá existir em grande número, pode, com moderação, nos enriquecer muito sem empobrecer sensivelmente o país [Portugal]” [HAMY, 1908, pp. 4-5¹⁷].

A administração do Museu designa Etienne Geoffroy Saint-Hilaire¹⁸, naturalista com experiência da expedição napoleónica ao Egipto, para levar a cabo esta missão. O ministro aprovou esta designação. A nomeação de E. G. Saint-Hilaire tem a data de 9 de Março de 1808.¹⁹ Devia o naturalista francês “recolher nos gabinetes e jardins botânicos de Lisboa e de Coimbra os objectos dos três reinos [da natureza] que possam ser úteis ao Museu de História Natural [de Paris]” [HAMY, 1908, 29]. Com a mesma data, o Ministro aprova as “instruções” para a viagem de E. G. Saint-Hilaire. Este documento [HAMY, 1908, pp. 29-31²⁰] tem um grande valor histórico no contexto da presente discussão. As colecções de história natural brasileira existentes em Portugal eram as que prioritariamente deviam ser alvo de atenção. São indicados dois objectos particulares que deviam ser apreendidos. Também era importante confiscar uma colecção de história natural feita nas costas de Moçambique. Na “ménagerie du Prince”²¹ existia uma avestruz “com três dedos”, um “grande leopardo do centro de África”, e outros animais raros e “muitos pássaros” que não existiam em Paris e deviam ser transportados [vivos]” [HAMY, 1908, pp. 29-31]. “A foz do Tejo era particularmente célebre pela grande quantidade de peixes e de moluscos” que também deveriam ser alvo de busca. “As plantas dos arredores de Lisboa são muito belas e muito diversas”. G. Saint-Hilaire “devia procurar no jardim do museu²² as plantas que lhe possam faltar”. Além destes objectos de história natural, um “segundo objectivo” era “tomar informações sobre os livros e manuscritos, medalhas e pedras gravadas, cartas, etc., que possam existir nas bibliotecas e outros estabelecimentos publicos de Portugal” podendo encontrar “estes objectos nas bibliotecas da corte, na cartuxa de Évora, nos monges de São Vicente de Fora, no convento de São Francisco de Coimbra e [na casa] do duque de Cadaval emigrado”, devendo ser alvo de particular atenção os manuscritos e cartas do século XVI relacionadas com a Expansão. Só os estabelecimentos públicos deveriam ser alvo de busca e apreensão. Depois de ter visitado estes estabelecimentos, G. Saint-Hilaire deveria elaborar listas (em duplicado) dos objectos que possam apresentar para a França “um interesse particular”. Um dos exemplares seria entregue ao governador-

geral e outro enviado para o Museu Nacional de História Natural de Paris. Os objectos só podiam ser apreendidos por “ordem especial” do governador-geral [HAMY, 1908, pp. 29-31].

E. G. Saint-Hilaire acompanhado de Pierre-Antoine Delalande (1787-1823)²³, parte de Paris a 20 de Março de 1808. Na primeira carta escrita de Lisboa, datada de 17 de Maio²⁴ de 1808, E. G. Saint-Hilaire informava Cuvier que ainda não tinha tido tempo para ver as colecções de história natural [HAMY, 1908, pp. 41-43]. A 19 deste mês, depois de ter visitado as colecções do Museu da Ajuda, confessava que tinha visto “um conjunto que excedia todas as expectativas”, sendo “metade da colecção” “composta por animais brasileiros, e toda esta metade vos falta”, escrevia para os professores e administradores do Museu de Paris. “A principal riqueza das colecções de Ajuda é formada por mamíferos, aves e insectos”, estando “todos estes animais” “em perfeita preservação”, só tendo chegado ao Museu há cerca de dois anos. Existiam muito mais objectos armazenados porque não existia espaço e ainda não tinham sido preparados. A colecção de macacos seria a que mais interessaria ao Museu de Paris. Tirando quatro ou cinco “tudo o resto era novo”. Existia também uma sala “considerável” consagrada à mineralogia. Ainda não tinha observado as colecções botânicas [HAMY, 1908, pp. 43-44].

Com data de 10 de Junho de 1808, E. G. Saint-Hilaire elaborava um “Catálogo dos objectos escolhidos das colecções da Ajuda destinados a serem transportados a Paris para aumentarem as colecções do Museu de História Natural”, cujo original está na biblioteca do Museu Nacional de História Natural de Paris²⁵ e que foi publicado por HAMY [1908, pp. 59-65]. As listas estão organizadas por nomes vulgares de grupos de animais, com indicação do número de espécies e número total de espécimes. Estão discriminados os herbários, sendo três do Brasil coligidos por Alexandre Rodrigues Ferreira e Conceição Velloso, de Angola por “DaSilva”, África do Sul, Perú, Cabo Verde por “Feyo”²⁶, Goa, Cochinchina por João de Loureiro, e até um oriundo de Uppsala organizado por Carl Peter Thunberg²⁷. Existiam outros produtos vegetais, como raízes, frutos secos e cascas de árvores. A colecção mineralógica era essencialmente brasileira, mas também tinha alguns espécimes portugueses e africanos.

A 12 de Agosto, Junot “autorizava Saint-Hilaire “a encaixotar e enviar para Paris” todos estes objectos. A Vandelli foi entregue uma cópia deste inventário [HAMY, 1908, p. 66]. A 24 de Junho foi elaborada uma lista dos fósseis “escolhidos para Paris por entre os das colecções da Ajuda”, documento também transcrito em HAMY [1908, p. 66].

Pelo menos uma parte dos caixotes preparados por E. G. Saint-Hilaire com objectos das colecções de história natural do Museu da Ajuda chegou ao Museu Nacional de História Natural de Paris. Na biblioteca desta instituição permanecem os relatórios e inventários feitos sobre as colecções transportadas para Paris pelo naturalista francês²⁸, documentos preciosos dado que contêm descrições muito pormenorizadas dos espécimes, informação que não consta do catálogo antes mencionado. Comparando estes documentos com o catálogo atrás referido verificamos que geralmente tanto o número de espécimes como de espécies é superior, sugerindo que as colecções enviadas para Paris excederam as que estavam organizadas a 10 de Junho.

No relatório sobre os herbários datado de 25 de Novembro de 1808 e assinado por Desfontaines, concluiu-se que “os herbários que o sr. Geoffroy trouxe contêm um grande número de espécies novas”²⁹. O inventário dos insectos surge assinado como sendo de Latreille - Pierre André Latreille (1762-1833)³⁰. Estavam representadas 116 espécies de coleópteros, 9 de ortópteros, 3 de neurópteros, 29 de himenópteros, 262 de lepidópteros, 23 de hemípteros, 6 de dípteros, num total de 388 espécies representadas por 722 espécimes. A lista está organizada por géneros ou nomes comuns. A colecção de conchas de moluscos tinha representantes de 492 espécies pertencentes a 58 géneros, valores muito superiores aos que constam do catálogo publicado por HAMY [1908, p. 62]. A colecção tinha “um grande número de conchas já conhecidas”, mas outras eram raras ou mesmo “novas ou inéditas”. A lista de conchas univalve (gastropodes) tem a indicação dos nomes genéricos ou comuns. O inventário dos répteis e dos peixes foi feito por Lacépède. Os animais, num total de 160, estão identificados normalmente pelos seus nomes genéricos ou comuns. Do lado esquerdo, o interesse dos espécimes está classificado com sinais “+”. O único que tem quatro sinais é um peixe jugular, “totalmente novo”. A lista das aves está datada de Novembro de 1808. A colecção de papagaios do Museu de Paris já era uma “das mais belas da Europa” pelos exemplares trazidos pelo capitão Baudin, mas era “espantoso”, mesmo assim, que os exemplares levados por E. G. Saint-Hilaire continham 20 espécies novas do Brasil. O número total de exemplares de aves ascendia a 431 representando 263 espécies³¹.

Rapidamente a situação dos ocupantes se degrada. A insurreição começa em Espanha, em Maio. Em Lisboa, sentem-se os ecos, mas a 17 de Maio a elite dirigente portuguesa manifesta a sua obediência a Junot, perante uma “assemblea de 300 para 400 pessoas, escolhidas entre o que ha de mais illustre neste Reino”. No discurso de resposta, Junot acabou por “electrizar os corações e os animos” e parecia, segundo a crónica da *Gazeta de Lisboa*, “hum pai em meio d’huma familia a quem acabava de prometer huma grande felicidade”³². Na sequência, por todo o reino ocorreram actos de culto e paradas militares, iluminações e cortejos, por iniciativa das Câmaras, dos corregedores ou juizes de fora e de membros das elites locais [SERRÃO, 2002, p. 38]. Na sessão da Junta dos Três Estados de 23 de Maio, o juiz do povo José Abreu de Campos, solicitava a outorga de uma Constituição semelhante à do grão-ducado de Varsóvia e um rei constitucional [DAUPIÁS D’ALCOCHETE, 1999, p. 192; VICENTE, 2004, pp. 69-70].

Neste mesmo dia, 23 de Maio, Junot assinava uma ordem escrita “ordenando aos conservadores do museu, do gabinete de historia natural, da biblioteca, e de outros monumentos das ciencias pertencentes ao governo, a casas de religiosas e a particulares emigrados, de deixar visitar e reconhecer os seus estabelecimentos pelo senhor Geoffroy S. Hilaire, membro do Instituto de França, de lhes abrir todos os armarios e caixas que ele queira observar. É expressamente interdito a quem quer que seja de perturbar o sr. Geoffroy, na execução da missão de que foi encarregado pelo S. m o imperador, e é expressamente ordenado para que seja ajudado em tudo o que ele precise”³³.

Em carta escrita a 24 de Maio de 1808, E. G. Saint-Hilaire mostrava-se muito satisfeito com o comportamento do director do Museu da Ajuda, Domingos Vandelli, que lhe tinha aberto todas as caixas do museu e entregue tudo o que tinha querido³⁴, o que tinha de fazer

perante as ordens escritas do comandante do exército ocupante. Tinha observado vários herbários, de Angola, de outras costas de África, da Índia, do Brasil. “Todos são virgens, não se tinham dado ao trabalho de os abrir”. Existia também uma vasta colecção mineralógica das colónias portuguesas. Já tinha feito o catálogo dos mamíferos. A colecção de peixes e de insectos eram muito ricas [HAMY, 1908, pp. 44-46]. Encontramos na *Historia Geral da Invasão dos Franzeses em Portugal* de Acúrsio das Neves uma outra perspectiva dos acontecimentos. Depois de referir que E. G. Saint-Hilaire tinha sido “mandado de França com ordem do Ministro do interior para recolher os productos de Historia natural que faltassem, no museu nacional de Paris, chegou a Lisboa nos principios de maio, e se apresentou de surpresa, sem se ter anunciado, ao Director do museo Real da Ajuda Domingos Vandelli para que lho mostrasse, e franqueasse”, sendo que “já vinha informado de algumas das suas raridades”. “O medico Francez Danton, que acompanhava Geffroi, aconselhou a Vandelli que lhe não mostrasse os diamantes; mas este mesmo bom homem Danton vendo no museo huns cristaes lapidados os foi mettendo no seu bolço, julgando que erão diamantes; engano que depois teve a sinceridade de confessar”. “Tirou Geffroi [Geoffroy] o que quis, tendo se conseguido o ficarem-lhe escondidas as medalhas, e alguns mineraes, e conchas preciosas” [ACÚRSIO DAS NEVES, 1811, pp. 264-265].

Três dias depois, a 27 de Maio, G. Saint-Hilaire informava os colegas do Museu de Paris que as colecções da Academia Real das Ciências de Lisboa “foram negligenciadas e não oferecem interesse algum”. Na residência do duque de Cadaval, então ocupada pelo general Travot, só tinha encontrado alguns livros e manuscritos, mas um destes era uma “história natural de uma província do Brasil, acompanhada de desenhos muito correctos” [HAMY, 1908, pp. 46-48]. No dia seguinte, 28 de Maio, “já tinha escolhido os répteis e os peixes” do Museu da Ajuda. Conceição Velloso tinha redigido uma descrição das produções do Brasil. “Tinha sido encorajado de a publicar, mas não estava mais em estado de o fazer”. Muitos objectos de história natural do Brasil não tinham etiqueta [HAMY, 1908, pp. 48-49].

4. DERROTA E EXPULSÃO DAS TROPAS FRANCESAS

A 6 de Junho de 1808, a cidade do Porto revolta-se contra o ocupante. A revolta espalha-se pelo Norte e depois por todo o país. O povo e muitos elementos do clero pegam em armas. As milícias e as ordenanças entram em acção militar, apoiando as tropas de primeira linha [NUNES, 2005]. A sublevação em Espanha era já irreversível. Forças inglesas comandadas por Arthur Wellesley (1769-1852)³⁵, desembarcam na foz do Mondego a 1 de Agosto. Junot só dispunha de 13.000 homens para defender Lisboa. Mediante a ofensiva de Wellesley, na noite de 15 para 16 de Agosto as forças francesas deixam Lisboa, mas são derrotadas a 17 de Agosto na batalha da Roliça e a 21 na do Vimeiro. As tropas francesas recuam regressando a Lisboa a 24 de Agosto. Estas duas derrotas levaram Junot a negociar. A convenção de Sintra, desastrosa para Portugal [CARDOSO, 2010] e desde logo contestada em Inglaterra, pela Junta do Supremo Governo do Porto e pela corte no Brasil [BRANDÃO, 1919, p. 428], foi assinada a 30 de Agosto de 1808 (em Lisboa). Neste tratado determinava-se que as tropas francesas saíam de Portugal “com armas e bagagens”, não eram “consideradas como prisioneiros de guerra” (artigo 2.º) e

seriam transportadas pelas forças britânicas (artigo 3.º). Os militares franceses tinham “a liberdade de disporem das suas propriedades particulares de qualquer descrição que sejam, com toda a segurança de futuro para os compradores” (artigo 5.º). Aos cidadãos franceses era garantida a protecção de “suas propriedades de toda a espécie, moveis ou immoveis”, tendo a liberdade de acompanhar o exercito francês ou de permanecerem em Portugal. Podiam enviar os seus bens para França (artigo 16.º) [BRANDÃO, 1919, pp. 417-423].

Nestas circunstâncias seria de prever que bens portugueses usurpados durante a ocupação pudessem ser levados sub-repticiamente para França, o que viria a acontecer. Em Lisboa reúne-se, a 10 de Setembro, uma comissão mista francesa e inglesa encarregada de fazer executar a convenção de Sintra. Na proclamação aprovada determinava-se que “toda a qualidade de Propriedade confiscada ou usurpada dos Vassallos, ou outras Pessoas residentes em Portugal, ou dos Palacios Reaes, Bibliothecas Publicas, e Museos, ou de outras Pessoas, ainda existentes em Portugal, deveria ser restituída”. Com a finalidade de tentar evitar a saída de bens portugueses para França, determinava-se que “as Pessoas que possuirem Propriedades sequestradas ou usurpadas, ficão responsaveis por ellas, seja qual for a Casa ou Lugar para onde ou donde tenham sido removidas”. Os bens seriam devolvidos aos seus proprietários, “depois da prova legal do direito de Propriedade”³⁶. Uma equipa de comissários ingleses encarregados da verificação da convenção de Sintra entregaram ao general Hew Whitefoord Dalrymple, a 18 de Setembro, um relatório que revelava que “individuos do exercito francez estavam vendendo ou preparando para embarcarem bens de uma grande importancia, que tinham sido roubados”. Tinha sido possível obter a “restituição de bens publicos e particulares de grande importancia”. “Algumas caixas de historia natural, tiradas do museu real, foram restituídas sem grande difficuldade”³⁷, assim como tambem alguns livros tirados das livrarias publicas e das de Anadia e Angeja”. O relatório terminava “referindo que o comportamento dos francezes tem sido assignalado pela mais vergonhosa falta de respeito á honra e probidade, mostrando publicamente a sua intenção de levarem comsigo os seus roubados despojos” [SORIANO, 1893b, pp. 122-126]. Raul Brandão sintetizava: “Assigna-se a Convenção e quando muito consegue-se que as bagagens sejam revistadas por uma comissão cerimoniosa”. “Delaborde”³⁸ entrega varios quadros, mas o oiro, as joias, as preciosidades desaparecem nos caixões de Junot, do cunhado e dos outros”. “A Biblia dos Jeronymos some-se no fundo de uma mala”³⁹. “O embarque foi uma mixórdia, com o povo a reclamar os roubos e a querer assaltar as bagagens” [BRANDÃO, 1919, pp. 429, 437].

Antes de partir a 22 de Setembro de 1808, em Lisboa, E. G. Saint-Hilaire terá escrito ao presidente da Royal Society, Joseph Banks. Depois de se apresentar a Banks, refere que tinha obtido de Vandelli a permissão de escolher os duplicados nas colecções de mineralogia e de zoologia. Tinha já prontas 17 caixas com material do Museu da Ajuda. Já com o general William Carr Beresford (1768-1854)⁴⁰ como governador de Lisboa, E. G. Saint-Hilaire queixava-se que durante a evacuação das tropas francesas tinham querido reter as colecções que transportava. De acordo com o naturalista francês, Vandelli terá então declarado, que tinha sido “demasiado generoso na concessão dos objectos que tinha recolhido” e que pretendia de volta quatro das 17 caixas que estavam na posse de E. G. Saint-Hilaire⁴¹ [HAMY,

1908, pp. 50-51]. O naturalista francês fez “ouvir o grito da ciência” e pediu que as colecções ou fossem enviadas para Londres ou lhe fossem devolvidas, pedido que terá recebido uma resposta das autoridades inglesas, que nesta carta classifica de “grosseira”: “não sabemos levar o que não é nosso” [HAMY, 1908, pp. 50-51]. Saint-Hilaire concluía nesta carta que não só desconheciam “a sua qualidade de sábio” como a “sua doce moralidade e integridade” dos seus princípios [HAMY, 1908, pp. 50-51]. De seguida justificava a sua auto-avaliação referindo que no Museu da Ajuda existia um herbário feito em 1785 que permanecia fechado nas caixas, que o tinha salvo de ser totalmente “devorado” pelos insectos, que “só” tinha retirado os duplicados e que um dia enviaria para Portugal a identificação das plantas, o que seria uma mais-valia para o Museu português [HAMY, 1908, pp. 50-51]. Na esteira do pensamento de Cuvier e do Ministro do Interior francês nos documentos que já discutimos, E. G. Saint-Hilaire argumentava que não tinha feito mais do que gerir os recursos de Portugal para que, quando melhores tempos viessem, as ciências naturais pudessem progredir [HAMY, 1908, pp. 50-51]. Tinha a “consciência de ter feito muito bem” [HAMY, 1908, pp. 50-51]. Lamentava novamente que os oficiais ingleses não tivessem feito o mesmo que ele (isto é, não pretendessem ficar com as caixas) e pedia a influência da Royal Society que intercedesse para que as colecções de história natural retiradas do Museu da Ajuda chegassem à capital francesa [HAMY, 1908, pp. 50-51]. Encontramos nas obras de Acúrsio das Neves uma versão dos acontecimentos diversa da apresentada pelo naturalista francês. Segundo este académico, quando da retirada das tropas francesas “tudo se mandou restituir em consequencia da reclamação do Director [Domingos Vandelli]”. Ocorreu no entanto “huma troca de caixotes, de que resultou levarem os Francezes alguns peixes, macacos, e aves quasi tudo do Brasil, e deixarem huma importante collecção de estampas, livros, e manuscriptos raros, que sem dúvida tinhão roubado em outras casas”. “Averiguou-se que muitos delles erão da casa do Cadaval” [ACÚRSIO DAS NEVES, 1811, p. 265].

Depois da retirada das tropas francesas, era urgente um novo governo e tomar medidas que evitassem excessos de vingança, roubos e distúrbios. O general Whitefoord Dalrymple, comandante das forças inglesas pediu a várias personalidades para tomarem conta da regência [SERRÃO, 2002, p. 57; ARAÚJO, 1998, p. 38]. Pelo artigo 17.º da Convenção de Sintra nenhum cidadão português seria “obrigado a responder pela sua conducta politica” e “todos aqueles que teem continuado no exercício das seus empregos, ou acceitaram occupações debaixo do governo francez” eram colocados sob a protecção das forças britânicas. Não podiam sofrer “injuria ou affronta em suas pessoas e bens, não tendo em sua escolha o obedecerem ou não ao governo francez” [BRANDÃO, 1919, p. 421]. Todavia a população reclamava o castigo dos que tinham colaborado com o invasor e dos que não tinham oferecido resistência. Para manter a ordem pública, o governo armou legiões populares que, rapidamente, escaparam ao controlo das autoridades [DAUPIÁS D’ALCOCHETE, 1999, pp. 194-195].

As primeiras medidas punitivas tomadas foram o exílio de personalidades que tinham manifestado simpatia activa com o ocupante: o desembargador Francisco Duarte Coelho, que tinha proposto a substituição das Ordenações do reino pelo Código Napoleónico, foi exilado para fora de Lisboa; o conselheiro Francisco de Azevedo Coutinho foi também exilado da

capital; Fr. Manuel Mesquita Pimentel, abade do Mosteiro de Belém, foi enviado para o Convento do Espinheiro. Os cidadãos franceses Timothée Lécussan Verdier, Pierre de Laverne e seu filho, e o tenente Charles Penier de la Tour, foram expulsos do reino. O pintor Domingos Sequeira, que tinha pintado um quadro alusivo a Junot, foi preso durante nove meses. Foi criado o *Juízo do Fisco da Inconfidência e dos Ausentes* para julgar os crimes de traição, mas o príncipe-regente, por um aviso datado de 12 de Janeiro de 1809 determinava que nenhuma pena capital podia ser aplicada sem a sua confirmação [DAUPIÁS D'ALCOCHETE, 1999, pp. 195-196].

5. O MUSEU E O JARDIM BOTÂNICO DA AJUDA DEPOIS DA OCUPAÇÃO FRANCESA

A ocupação militar pelas tropas francesas deixou um rasto de destruição e de penúria por todo o país, nomeadamente nas instituições culturais e científicas. Um decreto de 2 de Janeiro de 1810 reduzia para metade a dotação para salários dos empregados no Museu e Jardim Botânico da Ajuda, redução que o seu director, Félix de Avelar Brotero⁴² considerava ser “muito restrita, demasiada, e incompatível com a conservação dos dois Estabelecimentos”⁴³. Neste documento Brotero classificava de “calamitosos” “os tempos em que se achou Portugal, depois da Real Familia se ter ausentado para o Brasil”. Os empregados do Museu e do Jardim Botânico da Ajuda eram “pobres” “e logo que não são pagos desertão ou empregão o tempo em pedir esmola, como aconteceu no período da primeira invasão Franceza em Lisboa”. “Por esse motivo então os dois Estabelecimentos soffrerão grande decadencia, e chegarão quasi ao ponto de ficar de todo arruinados”. “Mais de quatro mil [produtos naturais], dos mais raros e preciosos” tinham “sido roubados pelos Francezes na sua primeira invasão”.

6. A SETEMBRIZADA. PRISÃO E DEPORTAÇÃO DE CIDADÃOS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

As perseguições organizadas contra os portugueses considerados com simpatizantes da causa francesa ocorreram em dois momentos significativos. No dia 29 de Março de 1809 foram presas varias personalidades, algumas das quais ligadas à Maçonaria. O desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, juiz da Casa da Suplicação e antigo professor de direito da Universidade de Coimbra, tinha sido preso alguns dias antes, sob o pretexto de que tinha recebido uma carta do conde de Ega que tinha acompanhado Junot na retirada para França. Foram mantidos nas prisões da Inquisição durante alguns meses, julgados em finais de 1809 e exilados para alguns locais do reino [DAUPIÁS D'ALCOCHETE, 1999, p. 200].

No ano seguinte, a queda da praça de Almeida, ocasiona, na noite de 10 de Setembro de 1810, uma intensificação da repressão, ficando o episódio conhecido como a “Setembrizada”. A decisão tomada pelos governadores de mandar prender um conjunto de cidadãos foi comunicada ao príncipe-regente no dia 11 de Setembro. Neste documento⁴⁴, o governo começa por salientar que a decisão de mandar prender um conjunto de cidadãos decorria da situação militar concreta na altura. As prisões que se iriam fazer eram “preventivas”, não existindo investigação aprofundada sobre o suposto “afrancezamento” dos suspeitos, e que esta investigação seria feita depois. Ainda neste mesmo documento se trata da “falta de pão”,

do abastecimento em trigo, farinhas, milho e legumes. Portanto, estas detenções tinham carácter excepcional - eram justificadas pelo estado de guerra, pela penúria de alimentos e pela deserção de oficiais de alta patente. A situação do marquês de Alorna, aqui considerado como traidor e autor de um crime de lesa-majestade, não tinha qualquer comparação com a dos suspeitos que iriam ser presos, nem tal é afirmado neste documento.

Dezenas⁴⁵ de personalidades ligadas à magistratura, comércio, exército, profissões liberais, professorado e clero, alguns dos quais ligados à Maçonaria⁴⁶, vêm as suas casas devassadas e receberam ordem de prisão. Neste grupo incluía-se Domingos Vandelli, preso pelo desembargador Manuel Cipriano da Silva. Logo depois, a 18 deste mês, seguiram deportadas para a ilha Terceira, na fragata *Amazonas* [SORIANO, 1874, pp. 89-92; ARAÚJO, 1998, p. 39; DAUPIÁS D'ALCOCHETE, 1999, 2002; SERRÃO, 2002, p. 79; LACERDA, 2015]. Domingos Vandelli passaria depois para Londres, graças à intervenção da Royal Society, de que era membro [DAUPIÁS D'ALCOCHETE, 1999, p. 225].

O príncipe-regente, através do conde de Aguiar, em carta enviada do Rio de Janeiro a 26 de Novembro de 1810 dirigida ao governo aprovava as medidas tomadas em relação ao marquês de Alorna. Relativamente à prisão e deportação para os Açores das pessoas “suspeitas”, reconhecia o príncipe-regente que era necessário “de se proceder a Summarios sobre os crimes, ou suspeitas de que são arguidos” e que “as actuaes criticas circunstancias, e a segurança do Estado, q[ue] a tudo deve prevalecer, fazem indispensaveis estes procedimentos mais extraordinarios” mas que estes não eram “conformes ao modo ordinario de proceder segundo as leis criminaes”⁴⁷.

A 13 de Novembro de 1810, Ratton enviava para o Rio de Janeiro, uma súplica ao príncipe-regente para que fosse instaurado um processo, de forma a que se pudesse defender. Da Ilha Terceira onde se encontrava detido, também Domingos Vandelli, enviou uma súplica ao príncipe D. João. Em documento que permaneceu inédito, não-datado⁴⁸ e escrito por seu filho e procurador, Alexandre António Vandelli, Domingos Vandelli começava por salientar que se encontrava “sem sabere ainda o seu crime” e “cheyo de angustia, que lhe cauza a sua deploravel sorte”. Invocava depois as suas actividades passadas ao serviço de Portugal: 1. Professor de Química e de História Natural “que de novo se estabelecerão; pela glorioza reformação dos Estudos”; criação do “Real Jardim Bottanico no sitio de Nossa Senhora da Ajuda” e do jardim da Universidade de Coimbra, o que tinha permitido dar “á Nação Portugueza estes importantes conhecimentos, tão utteis ás Artes, e a Agricultura, que desde de então principiarão a progredir, e florescer”. 2. Membro da Junta do Comércio, “importantissima corporação, aonde effectivamente tem servido á vinte e tantos annos”⁴⁹. 3. Primeiro director das “Reaes Fábricas das Sedas e obras das Agoas Livres”⁵⁰.

Considerava os acontecimentos recentes no reino como uma “funesta, e sempre abominavel invazão do inimigo commum”. Em várias ocasiões nesta súplica, Vandelli invoca as suas qualidades profissionais, éticas, morais e patrióticas: 1. Na Junta do Comércio tinha “servido com todo o zello, e prestimo, conservando illesa a sua Reputação, e probidade no conceito geral de todos, tanto no exercicio deste Tribunal”. 2. Perante a ocupação francesa, “conservou o sup[pl]ican[te] intacta a sua honra, e a sua fedilidade, no centro das dezordens, e

alterações que então se praticarão” e continuou a “exercitar o lugar de Director de Museu no calamitoso tempo do usurpado Dominio deste Reyno”. 3. Perante a iminente saída da corte para o Brasil⁵¹, quis acompanhá-la mas não podia “abandonar a sua numeroza familia, nem soportar huma grande jornada de mar, incompativel com os seus avançados annos, e continuas molestias”, mas não deixou de “apresentar a V[ossa] A[lteza] na sua retirada, hum sacco, que continha todos os productos de oiro do Jardim Botânico”⁵².

Nesta súplica, Vandelli aborda depois a usurpação dos espécimes de história natural pelos ocupantes franceses. Começa por salientar que foi obrigado a envolver-se nesta questão, porquanto “tendo sido Lente de Historia natural, e de chimica, hera forçozo e de absoluta necessidade, que os tiranos usurpadores, se derigissem a elle como de facto o fizerão, para extorquirem, do mesmo Jardim Botânico o que pudesse haver de mais raro, ou scientificamente interessante pelas suas propriedades fizicas; obrigando-o igualmente a acompanhalos a algumas collecçoens particulares”. Todavia, “apezar de perfida vigilancia e sagacid[ad]e dos dois Commissários encarregados deste fortiva usurpação, apezar de terem hido primeiro examinar o Museu, sem audicencia, nem assistencia do supp[lican]te, conseguiu este illudillos, occultando-lhes as maiores e mais raras preciozidades, como provará”. Por meio das “mais assiduas, e exactas reclamaçoens”⁵³.

Vandelli salientava que já tinha conseguido algumas restituções, como “dois grandes mappas geograficos do Brasil tirados do Real Gabinete de Phizica” e que “por meyo do seu zêllo e efficacia” “apenas levaram alguns passaros, macacos e outros poucos productos das nossas Americas, que se achavão duplicados, e que facilmente se podem suprir; deixando, em lugar delles, sinco caixões de manuscritos, e mais obras precizas, com que o Real Museu se acha consideravelmente enriquecido”⁵⁴.

Vandelli interpreta a sua detenção e deportação como resultado do “odio de alguns malevolos que o quizerão denigrir, como ordináriamente acontece, quando se dezenfreão [sic] as animozidades particulares”. O facto de ter acompanhado as forças francesas “a algumas collecçoens particulares” era, para Vandelli, a principal razão para o “odio e denuncias de alguns antigos e novos Inimigos”. Terminava, identificando-se como “hum miseravel velho de oitenta e sette annos, cheyo de molestias habituaes, e arrancado dos braços de huma terna familia que o amava e zellava, suplicando que fosse julgado”⁵⁵.

A 28 de Março de 1811, o príncipe-regente ordenou a instauração de processo a Ratton e aos restantes membros presos e deportados. Os governadores escreveram ao príncipe-regente, a 25 de Janeiro de 1812, rebatendo as opiniões apresentadas pelos deportados que consideravam que tinham sido “condemnados sem serem ouvidos” e clamavam “que se lhes faça o processo em fôrma legal”. Os governadores continuavam a considerar que “a remoção dos ditos individuos foi justa e necessaria” e que se mantinham “os motivos que então fizeram necessaria esta remoção”. As prisões e deportações tinham sido procedimentos de foro policial. Contudo, reconhecia o governo que os “principios, que justificam os procedimentos da policia, não podem servir de base a um processo crime”, para “castigar um crime já commettido e provado de forma legal com as penas corporaes ou pecuniarias que lhe estão impostas pela lei”. Pediam ao príncipe que mandasse suspender “a ordem para se fazer o processo”

(julgamento) e que “quando o perigo tiver cessado” eles próprios pediriam autorização para que os deportados pudessem regressar “aos seus lares” [SORIANO, 1893a, pp. 126-131], o que efectivamente aconteceria em 1814.

Mais de dois anos depois, em ofício datado de 1 de Março de 1814 dirigido ao príncipe-regente, os governadores reconheciam agora que pela “feliz mudança das circunstancias” o perigo tinha acabado, e que já não subsistia “o aperto das circunstancias espinhosas que dictaram as ditas medidas” (de prisão e deportação) pelo que suplicavam “a graça do regresso dos que embarcaram para fôra do reino”, excepto para três pessoas [SORIANO, 1893a, pp. 131-133].

A 19 de Julho de 1814 o príncipe-regente autorizou a regresso a Portugal Continental dos exilados da Setembrizada. Domingos Vandelli, António de Almeida, Abrantes e Castro, São Paio, Sebastião José de Saldanha e outros, regressaram a Portugal. Raton recusou-se a regressar enquanto não fosse reabilitado, o que efectivamente aconteceria em 1816. Todavia, morreria em Paris em 1820, nunca tendo retornado a Portugal [ARAÚJO, 1998, p. 39; DAUPIÁS D’ALCOCHETE, 1999, 2002; SERRÃO, 2002, pp. 79-80].

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ARAÚJO [1998, p. 29], o “afrancesamento das instituições” baseava-se afinal nas instruções dadas pelo príncipe D. João. Todas as classes dirigentes foram arrastadas ou participaram pontualmente neste processo. Ao acautelarem o regime e a ideologia que o justificava, zelavam igualmente pela sua sobrevivência. Por isso, o colaboracionismo, imposto ou consentido, criou a ilusão de um afrancesamento que, de facto, o não era na sua intenção. Como se escreveu depois, “foram os franceses recebidos de braços abertos mas com os corações fechados”. A Igreja, incluindo o patriarca de Lisboa, José Francisco de Mendonça, não escapou a este “amplo colaboracionismo”. À época não era evidente que a corte regressaria alguma vez do Brasil. Na ausência do príncipe-regente, a prudência era encarada facilmente como sinal de cobardia e a adesão ao ideário liberal como sinónimo de colaboracionismo. As mesmas autoridades que inicialmente contemporizam com o invasor serão as que perseguirão os reais ou supostos *afrancesados*, depois da saída das tropas de Junot [CARDOSO, 2010].

Afinal quem foram os *afrancesados*, e o que os moveu? De acordo com a historiografia tradicional, que DAUPIÁS D’ALCOCHETE [1999] mostrou, de forma rigorosa e inteligente, ser uma ideia simplista e redutora, os afrancesados não eram afinal, na sua maioria, francos-maçons. Na realidade, pertenciam à burguesia ou às classes mais altas da sociedade portuguesa, em particular intelectuais e académicos universitários. Alguns burgueses tiraram partido económico da ocupação francesa, em particular os que abasteceram as tropas. Muitos foram fascinados pelas Luzes vindas de França, em particular por pensadores como Voltaire, Diderot e Rousseau. Não se consideravam traidores à sua pátria, atendendo à proclamação do príncipe-regente emitida antes de partir para o Brasil. Outros ainda, como funcionários do Estado e oficiais subalternos, pretenderam “simplesmente” manter os seus postos ou terão sido indiferentes à nova situação [DAUPIÁS D’ALCOCHETE, 1999, pp. 234-237].

J. V. Barbosa du Bocage, professor da Escola Politécnica de Lisboa, director das colecções de zoologia do Museu Nacional de Lisboa (herdeiro do Museu da Ajuda), e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, escrevia num trabalho publicado em 1862 que a “invasão franceza despojou de um golpe o museu da Ajuda da melhor parte das suas mal aproveitadas riquezas”. Depois de mencionar que tinha sido E. G. Saint-Hilaire (“inteligente, instruído, animado de um zelo ardente pela zoologia”) quem “acompanhára o exercito invasor com a missão de se apoderar de quantos objectos encontrasse convenientes ao museu de Paris”, acaba por concordar com os pressupostos para a usurpação das colecções de história natural do Museu da Ajuda ao afirmar que o naturalista francês “utilizou em beneficio da sciencia, descrevendo-os, os exemplares que jaziam ignorados dentro dos armarios do museu da Ajuda, e que estavam talvez fadados, se ali permanecessem, a desaparecer, como tantos outros, presa da traça” [BARBOSA DU BOCAGE, 1862, pp. 3-4]. Quando esteve em Paris, Barbosa du Bocage não exigiu junto das autoridades francesas “a restituição dos exemplares” levados em 1808 porquanto, considerando o “tempo decorrido”, “bem se poderiam considerar hoje como propriedade da França” e que “só nas mãos dos sabios francezes se haviam tornado uteis á sciencia. Resumia o seu pensamento na seguinte frase: “O bom uso legitimava assim a posse” [BARBOSA DU BOCAGE, 1862, 68-69]. Conseguiu no entanto que o Museu Nacional de História Natural de Paris oferecesse à Escola Politécnica de Lisboa 1.400 duplicados das suas colecções [GAMITO-MARQUES, 2018, pp. 231-232].

A forma de pensar de Barbosa du Bocage era até espaldada e legitimada pelo pensamento ao mais alto nível. Quando D. Pedro V visitou Paris em 1855, poucos meses antes de assumir o trono, não só não reclamou a devolução dos exemplares de história natural levados do Museu da Ajuda como escreveu no seu diário de viagem que: “Verdade é que os tesouros da natureza melhor estão onde se lhes dá apreço e se estudam do que onde se deixam apodrecer prosaicamente colocados na fileira dos despojos de uma natureza que foi viva. E efectivamente despojar da vida a natureza para reunir esses despojos nas catacumbas dos museus e não os estudar é um pecado. Por consequência perdoo de muito bom grado a Geoffroy Saint-Hilaire, que além disso era autorizado pelo Rei, fazer a sua inteligente escolha. Neste ponto julgo que o amor próprio nacional pode ceder diante do interesse das ciencias.” [VICENTE, 2003, p. 24].

J. J. Bethencourt Ferreira que foi naturalista do Museu Bocage, herdeiro do Museu Nacional, num artigo publicado em 1923, revisitava esta temática, pretendendo a “mais serena averiguação e sobretudo de ser apreciada com maior exactidão e imparcialidade”. Depois de salientar a “quanta ignorância, quanto desleixo culposo, quanto desinteresse antipatriótico presidia à conservação das maravilhosas riquezas acumuladas nas salas e depósitos do Museu Real da Ajuda” referia que ao tempo das invasões napoleónicas as colecções de história natural eram constituídas por “objectos amontoados em diversas partes, sem uma direcção acertada e metódica”, “desprezadas, entregues ao desleixo, à inactividade e à inépcia” “em virtude da decadência que se manifestára no nosso país”, análise totalmente distinta da emitida por E. S. Saint-Hilaire num documento enviado para o Museu Nacional de História Natural de Paris, datado de 19 de Maio de 1808, que já citámos [HAMY, 1908, p. 43], apreciação que é corroborada pela produção científica de Domingos Vandelli [CABRAL,

2018]. Concluía que “Portugal tinha-se isolado e entorpecido no caminho para o aperfeiçoamento, bem desenhado nas outras nações, pela mesma época”. De seguida, Bethencourt Ferreira separava o inseparável: por um lado, as intenções de G. Saint-Hilaire, “de uma ordem mais serena, tendo como princípio as ideias de um carácter menos atentatório e de intuito mais neutral e científico”, “dotado de um grande espirito científico”, e por outro, “o que era produto da ânsia de conquista, da ambição de engrandecimento manifestada pelo govêrno francês” [BETHENCOURT FERREIRA, 1923].

A discussão em torno da legitimidade da usurpação de bens culturais em contexto de ocupação militar de uma nação estrangeira foi recentemente reactivada com o anúncio pelo actual presidente de França de devolver ao Benim uma colecção de bronzes, retirados do país no final do século XIX no contexto de uma expedição militar contra os reinos da África Ocidental [MARTINS y COSTA, 2018; ver também DOMINGUES, 2019]. Já várias peças de grande valor patrimonial foram devolvidas aos seus países proprietários. Uma das primeiras devoluções ocorreu em 2005, quando o Obelisco Axoum foi devolvido à Etiópia pela Itália – tinha sido retirado daquele país em 1937 pelas tropas de Mussolini [MARTINS, 2018]. Esta atitude de restituição enquadra-se dentro de um movimento internacional expresso recentemente na Convenção do Unidroit sobre Bens Culturais Roubados ou Ilicitamente Exportados, assinada em Roma em 24 de Junho de 1995 e ratificada pela Assembleia da República Portuguesa a 20 de Janeiro de 2000⁵⁶. Nesta convenção afirma-se que bens culturais roubados de escavações arqueológicas devem ser restituídos ao Estado onde se realizaram as respectivas escavações e que bens culturais que saíram de um Estado nomeadamente para fins de exposição, investigação ou restauração, e não foram devolvidos, podem ser reclamados pelo seu legítimo Estado possuidor.

Alguns académicos e investigadores continuam a defender que os bens retirados estarão mais bem preservados nos países que promovem a ocupação do que nos seus países proprietários. No caso concreto do Museu de História Natural da Ajuda, que analisamos no presente trabalho, o facto de ter ocorrido em 1978 um incêndio na Faculdade de Ciências de Lisboa (onde se encontravam os espécimes sobreviventes deste Museu) e que resultou na destruição de toda a colecção zoológica e grande parte da colecção geológica, tem sido usado precisamente como argumento que reforça a opinião de que as colecções levadas em 1808 para o Museu Nacional de História Natural de Paris lá devem permanecer porque nesta instituição estariam melhor preservadas. Usando este argumento até ao seu limite, os bens culturais de muitas sociedades africanas, sul-americanas e asiáticas deveriam ser enviados para os grandes museus europeus e norte-americanos que se tornariam os seus proprietários.

A fundamentação ideológica para a usurpação dos espécimes do Museu de História Natural da Ajuda (Lisboa) baseava-se na ideia de que a França tinha melhores condições para preservar os exemplares do que o usurpado e, portanto, para a posteridade, as peças estariam melhor protegidas em instituições francesas do que em portuguesas. Esta ideologia, posteriormente apoiada por alguns académicos portugueses, não nos parece ser actualmente aceitável, em face do desenvolvimento e maturidade das sociedades de hoje.

NOTAS

1. Para uma referência a gabinetes de história natural privados existentes no país ver BRIGOLA [2009].
2. Segundo *Supplemento à Gazeta de Lisboa*, número XL, 6 de Outubro de 1798. Lisboa, Na Regia Officina Typografica.
3. António Jacinto de Araújo (-1797), era professor de Escrita e de Aritmética em Lisboa e membro correspondente da Academia Imperial de São Petersburgo. Publicou em 1788 a *Arithmetica pratica e especulativa* e, em 1794, a *Nova Arte de Escrever* [FRANCISCO DA SILVA, 1858, p. 157].
4. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (PT, ANTT), Ministério do Reino (MR), Maço 444. Documento datado de 25 de Maio de 1798. Os espécimes estão identificados unicamente pelo nome comum. Este documento foi parcialmente transcrito por BRIGOLA [2009, pp. 58-62].
5. Quando chega a Lisboa vindo de Génova, Vandelli era portador de uma carta escrita a 16 de Maio, por Nicolau Piaggio, cônsul na cidade italiana, dirigida ao marquês de Pombal. Por este documento somos informados que o marquês de Pombal deu ordens a Miguel Cera para contratar Vandelli como professor do Real Colégio dos Nobres: “Para ter a honra de se empregar por hu[m] dos Professores nesse Real Collegio” [PT, ANTT, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, Caixa 66, Maço 77, 1.º].
6. Em 1772 foi decretada uma profunda reforma da Universidade de Coimbra, cujos estatutos não eram alterados desde 1653. Foi introduzido o ensino das ciências naturais, físicas e químicas. Com os novos estatutos foi renovado o corpo docente. Foram admitidos novos professores, entre os quais se contavam os italianos Domingos Vandelli (para a química e a história natural), Miguel Franzini (para a matemática), Dalla-Bella (para a física) e Cecchi (para a anatomia) [MAXWELL, 2001].
7. Tinha acompanhado Napoleão na expedição ao Egipto e sido embaixador em Lisboa. Agraciado por Napoleão com o título de duque de Abrantes, seria derrotado no Vimeiro pelas tropas britânicas e portuguesas, regressando a Portugal durante a invasão das tropas francesas comandadas por Masséna. Seria ferido em 1811 não mais recuperando a sua saúde [CARDOSO, 2010, pp. 211-212].
8. A Maçonaria terá chegado a Portugal na década de 1730 vinda de Inglaterra. Em 1735 existiam já lojas em Lisboa e na província. No reinado de D^a. Maria I estava muito activa. Em 1793 existia uma loja em Coimbra e dois anos depois funcionava uma no Porto. Em inícios do século XIX funcionam três lojas em Lisboa, às quais pertenciam alguns oficiais franceses. Destacaram-se neste contexto o conde de Ega e José Seabra da Silva, antigo ministro que servira com o marquês de Pombal [BRANDÃO, 1919; ZÚQUETE, 2018].
9. Todavia, vinha de longe esta visão estratégia portuguesa. Em 1580 foi sugerido a D. António, Prior do Crato, para se subtrair à invasão espanhola do duque de Alba, transportar além-Atlântico o fogo sagrado da independência nacional [MATHIAS, 2005]. Em meados do século XVII o Estado da Índia estava em decadência e as regiões mais lucrativas do Brasil estavam nas mãos dos Holandeses. Portugal, endividado, tinha a sua armada destruída. Para salvar o império, o centro da coroa portuguesa devia ser transferido para o Brasil, defendia o padre António Vieira, um dos principais conselheiros de D. João IV. Luís da Cunha, diplomata de carreira do reinado de D. João V, sugeriu que a corte fosse transferida para o Rio de Janeiro. Portugal devia abrir o seu império, declarando Lisboa um porto livre e criando companhias comerciais do tipo holandês [WILCKEN, 2004].
10. Ainda hoje se discute o significado e a importância da saída da corte para o Brasil, encarada por uns como uma fuga às responsabilidades e uma debandada, deixando o país entregue ao invasor, e por outros como a melhor solução para evitar que a família real fosse capturada pelas tropas francesas, como viria a ser a espanhola em Maio de 1808. Seja como for, preservou o princípio fundamental da independência do Estado Português, dado que durante a ocupação militar pelas tropas francesas, a legitimidade nacional foi levada pelo príncipe-regente para o Brasil [MATHIAS, 2005]. A longa permanência da corte no Brasil, entre 1808 e 1820, irá unificar o território do Brasil que, ao contrário das colónias espanholas vizinhas, não se fragmentará ao aceder à independência [CARDOSO, 2005, 2010].
11. *Supplemento Extraordinario à Gazeta de Lisboa*, número V, 5 de Fevereiro de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
12. *Supplemento Extraordinario à Gazeta de Lisboa*, número V, 5 de Fevereiro de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

13. *Supplemento Extraordinario á Gazeta de Lisboa*, número V, 5 de Fevereiro de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
14. *Gazeta de Lisboa*, número 14, 5 de Abril de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
15. *Gazeta de Lisboa*, número 15, 12 de Abril de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
16. Transcrição completa da carta em HAMY [1908, p. 3].
17. Com uma transcrição integral do documento.
18. Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (1772-1844) foi um naturalista francês. Em 1793, entrou como demonstrador do Museu de História Natural de Paris, sendo pouco tempo depois promovido a professor de zoologia deste Museu. Em 1798, participa na grande expedição militar e científica ao Egipto. Regressa a Paris em 1802. Acompanha as tropas francesas que invadem Portugal. Regressado a Paris, dedica-se então totalmente aos estudos anatómicos de animais. Publica a *Philosophie anatomique* (1818, 1822) e *Histoire naturelle des mammifères* (1819).
19. Transcrição integral do documento.
20. Transcrição integral do documento (“Instruções dadas pelo ministro”).
21. No Pátio dos Bichos da Real Quinta de Belém [CABRAL, 2018, p. 181].
22. Jardim Real de Lisboa na Ajuda [CABRAL, 2018].
23. Pierre-Antoine Delalande (1787-1823) era naturalista auxiliar no Museu. Depois desta expedição a Portugal, ainda realizou uma outra ao Brasil em 1816 e à África do Sul em 1813-1819 [HAMY, 1908, p. 4].
24. Por lapso, encontra-se escrito “Março” em HAMY [1908, p. 41].
25. Museu Nacional de História Natural de Paris (MNHN), ms 2715.
26. Um claro erro de transcrição. O original tem “j. da Silva Feijo” (MNHN, ms 2715).
27. Dadas as relações epistolares de Vandelli com Lineu [CABRAL, 2018], podemos colocar a hipótese de estas colecções terem sido directamente oferecidas a Vandelli.
28. MNHN, ms 2715. Parte foi publicada por DAGET y SALDANHA [1989].
29. O catálogo dos herbários contém informação mais detalhada relativamente à publicada por HAMY [1908].
30. Nesta altura trabalhava no Museu Nacional de História Natural de Paris, estudando as colecções entomológicas e substituindo Lamarck na docência.
31. MNHN, ms 2715.
32. *Gazeta de Lisboa*, número 20, 1.º Supplemento, 20 de Maio de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
33. MNHN, ms 2083.
34. “Vandelli va au-devant de tout ce que je puis désirer: tous les coffres de ses magasins viennent de mètre ouverts; il donne à ses sous-ordres tous les ordres qui me conviennent.” (“Vandelli vai ao encontro de tudo que eu possa desejar: todos as caixas dos seus armazéns acabaram de me ser abertas; as suas ordens são todas as que me convêm”). “Il y a aussi une minéralogie très étendue des colonies portugaises. Vandelli a eu assez l'intention de mettre par masses séparées tout ce qui ressort d'un [même] pays.” (“Há também uma mineralogia muito extensa das colónias portuguesas. Vandelli separou tudo o que vem de um [mesmo] país.”) [HAMY, 1908, p. 45].
35. Terá um papel decisivo nas três invasões francesas. Ser-lhe-á dado o título de duque de Wellington após a batalha de Talavera em 1809. Comandarà o exército aliado que derrota Napoleão em Waterloo. Homem meticoloso não descarta o mínimo pormenor do planeamento militar [CARDOSO, 2010, pp. 229-230].
36. *Gazeta de Lisboa*, número 31, 1.º Supplemento, 16 de Setembro de 1808. Lisboa, Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
37. Os factos já mencionados mostram todavia que muitos dos caixotes com espécimes do Museu da Ajuda passaram pelos controlos fronteiriços.
38. O general Henri Delaborde (1764-1833) acompanhou Junot na invasão de 1807 tendo sido ferido e capturado pelas tropas britânicas na batalha do Vimeiro. Combateu ao lado de Soult na invasão de 1810 [CARDOSO, 2010, p. 204].
39. A Bíblia de Belém, obra em oito volumes iluminados do século XV, oferecida pelo papa Leão X a D. Manuel I, seria restituída a Portugal durante o reinado de Luís XVIII, depois do monarca francês a ter comprado por 80.000 francos à viúva de Junot [BRANDÃO, 1919, p. 429; CARDOSO, 2010, p. 15].

40. Foi um dos negociadores da Convenção de Sintra. Em Março de 1809 seria nomeado para reorganizar o exército português. Como comandante das tropas portuguesas apoiou Wellington nos combates das invasões francesas de Sout e Masséna. Entre 1814 e 1820, foi marechal das forças armadas de Portugal e do Brasil [CARDOSO, 2010, p. 201].
41. Estas caixas devem ser as mencionadas no relatório da equipa de comissários ingleses encarregados da verificação da convenção de Sintra que referimos antes. As restantes caixas terão ficado retidas por ordem de Beresford, de acordo com E. G. Saint-Hilaire.
42. Félix da Silva de Avelar Brotero (1744-1828) frequentou a Universidade de Coimbra. Em 1778, partiu para França com Filinto Elísio. Em Paris assiste às aulas no Jardim Real das Plantas e no Colégio de Farmácia. Doutora-se na Escola de Medicina de Reims. Na capital francesa publica, em 1788, o *Compendio de Botanica*, em dois volumes. Com as convulsões da revolução francesa deixa a França, regressando a Portugal, em 1790. Em 1791, ano em que se jubila Domingos Vandelli, Brotero é nomeado professor de botânica e agricultura da Universidade de Coimbra. Dedicar-se ao estudo da flora portuguesa, herborizando por todo o país. Em 1804, publica a *Flora Lusitânica*, e de 1816 a 1827 a *Phytographia Lusitaniae selector*. Jubilado em 1811, foi nomeado director do Jardim Botânico e Museu de História Natural da Ajuda, em Lisboa, que dirigiu até à sua morte. Foi sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa e de outras instituições congêneras estrangeiras [CABRAL, 2010, pp. 223-233].
43. Carta de Félix de Avelar Brotero dirigida ao ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro, datada de 1822 (PT, ANTT, Ministério do Reino (MR), Maço 444). Este documento foi parcialmente transcrito em BRIGOLA [2009, pp. 90-99].
44. PT, ANTT, Ministério do Reino (MR), Livro 314, Processo 61, fls. 120-123.
45. Uma lista completa dos cidadãos presos, de nacionalidade portuguesa, francesa, italiana e suíça, encontra-se no documento PT/ANTT/MSLIV/1168/00070, tendo sido transcrita por SORIANO [1874, 89-92].
46. Raul Brandão na sua obra *El-Rei Junot* [BRANDÃO, 1919, p. 35] cita um documento, que todavia não nos foi possível localizar, no qual são indicados como pertencentes à Maçonaria algumas das personalidades presas nesta altura, nomeadamente Vicente José Ferreira Cardoso, Domingos Vandelli, Jácome Ratton, António de Almeida, Manuel Ferreira Gordo e Domingos Sequeira.
47. PT, ANTT, Ministério do Reino (MR), Livro 380, fls. 193-196.
48. Existem elementos contraditórios neste documento que não nos permitem datá-lo. Refere que era membro da Junta do Comércio “á vinte e tantos annos”. Tendo esta nomeação ocorrido em 1788, apontaria para uma data entre 1808 e 1817. No entanto, no final do documento identifica-se como tendo 87 anos. Considerando a data de nascimento de 1735, este facto apontaria para 1822, o que entra em contradição com as biografias publicadas [CARDOSO, 2003a, 2003b; CABRAL, 2018].
49. Por carta de lei de 30 de Junho de 1788, a Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios foi transformada na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios.
50. PT, ANTT, Intendência Geral de Polícia (IGP), Maço 600, documento 39.
51. Que Vandelli considera como o momento em que o príncipe “se auzentou desta Capital”.
52. PT, ANTT, IGP, Maço 600, documento 39.
53. PT, ANTT, IGP, Maço 600, documento 39.
54. PT, ANTT, IGP, Maço 600, documento 39.
55. PT, ANTT, IGP, Maço 600, documento 39.
56. <<https://dre.pt/application/file/a/495029>> [Consulta: 16-Junho-2020].

BIBLIOGRAFIA

- ACÚRSIO DAS NEVES, J. (1811) *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal, e da restauração deste reino. Tomo V*. Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- ARAÚJO, A. C. B. de (1998) “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”. En: J. Mattoso (direcção) *História de Portugal. Volume 5*. Lisboa, Editorial Estampa, 21-40.

- AVILÉZ, P. de (2005) "Portugal nas Guerras Napoleónicas. Uma visão global. Estratégias e organização militar". En: *Guerra Peninsular. Novas interpretações. Actas do congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa, Tribuna da História, 443-476.
- BABOSA DO BOCAGE, J. V. (1862) *Instruções praticas sobre o modo de colligir, preparar e remetter productos zoologicos para o Museu de Lisboa*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- BETHENCOURT FERREIRA, J. J. (1923) "A missão de Geoffroy Saint-Hilaire em Espanha e Portugal, durante a invasão francesa, em 1808". *Academia das Sciencias de Lisboa, Boletim da Segunda Classe, Actas e pareceres, Estudos, documentos e noticias*, 17, 208-227.
- BOESEMANN, M. (1970) "The vicissitudes and dispersal of Albertus Seba's zoological specimens". *Zoologische Mededelingen*, 44(13), 177-206.
- BRANDÃO, Raul (1919) *El-Rei Junot*. 2.ª edição. Porto, Renascença Portuguesa, Biblioteca Histórica, volume X.
- BRIGOLA, J. C. (2009) *Coleccionismo no século XVIII. Textos e documentos. Introdução e coordenação editorial*. Porto, Porto Editora.
- CABRAL, J. P. S. (2010) "Gonçalo Sampaio e a História da Botânica". *Memórias da Sociedade Broteriana*, 34, 1-415.
- CABRAL, J. P. S. (2015) "La circulación de ideas, productos exóticos y joyería en Europa en los siglos XVI-XVII. El fabuloso coco de las Maldivas entre botánicos, comerciantes, joyeros y príncipes". *Llull*, 38(2), 237-258.
- CABRAL, J. P. S. (2018) *A História Natural de Portugal em Domingos Vandelli*. Lisboa, Colibri.
- CARDOSO, J. L. (2003a) "From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal". *Studies in History and Philosophy of Science*, 34, 781-803.
- CARDOSO, J. L. (2003b) "A história natural e a ciência económica na obra de Domingos Vandelli". En: J.L. Cardoso (ed). *Memórias de História Natural. Domingos Vandelli*. Porto, Porto Editora, 1-25.
- CARDOSO, J. L. (2005) "A Guerra Peninsular e a economia do império Luso-Brasileiro". En: *Guerra Peninsular. Novas interpretações. Actas do congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa, Tribuna da História, 239-256.
- CARDOSO, R. (2010) *Invasões Francesas - 200 Anos. Mitos, histórias e protagonistas*. Lisboa, INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CROSLAND, M. P. (1975) "The development of a scientific career in science in France". En: M. Crosland (ed.) *The emergence of science in Western Europe*. London, The Macmillan Press, 139-159.
- CRUZ, L. (1976) "Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 2, 5-100.
- DAGET, J. y SALDANHA, L. (1989) *Histoires Naturelles Franco-Portugaises du XIX^e siècle*. Publicações Avulsas do INIP, n.º 15. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação das Pescas.
- DAUPIÁS D'ALCOCHETE, N. (1999) "La réaction anti-libérale au Portugal après l'occupation Française (1808-1810)". *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 38, 173-238.
- DAUPIÁS D'ALCOCHETE, N. (2002) "Setembrizada (1809)". En: J. Serrão (directção) *Dicionário da História de Portugal. Volume V*. Porto, Livraria Figueirinhas, 554-557.
- DOMINGUES, Â. (2019) "Museus, coleccionismo e viagens científicas em Portugal de finais de Setecentos". *Asclepio*, 71(2), 271.
- ENGEL, H. (1939) "Alphabetical list of Dutch zoological cabinets and menageries". *Bijdragen tot de Dierkunde*, 27(1), 247-346.

- FERREIRA, G. O. (2017) "A ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal 1764-1788". En: A.C. Araújo y F. Taveira da Fonseca (coord.) *A Universidade Pombalina. Ciência, territórios e coleções científicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 139-190.
- FERRONE, V. (1997) "O homem da ciência". En: M. Vovelle (dir.) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Editora Presença, capítulo V, 157-182.
- FRANCISCO DA SILVA, I. (1858) *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo primeiro. Lisboa, Imprensa Nacional.
- GAMITO-MARQUES, D. (2018) "A space of one's own: Barbosa du Bocage, the foundation of the National Museum of Lisboa, and the construction of a career in Zoology (1851-1907)". *The Journal of the History of Biology*, 51, 223-257.
- GILKS, David (2013) "Attitudes to the displacement of cultural property in the wars of the French Revolution and Napoleon". *The Historical Journal*, 56(1), 113-143.
- HAHN, R. (1975) "Scientific careers in Eighteenth-century France". En: M. Crosland (ed.) *The emergence of science in Western Europe*. London, The Macmillan Press, 127-138.
- HAMY, E.-T. (1908) "Mission de Geoffroy Saint-Hilaire en Espagne et en Portugal (1808). Histoire et documents". *Nouvelles Archives du Muséum d'Histoire Naturelle*, 4.^a série, 10(1), 1-66.
- HOLTHUIS, L. B. (1969) "Albertus Seba's «Locupletissimi Rerum Naturalium Thesauri...» (1734-1765) and the «Planches de Seba» (1827-1831)". *Zoologische Mededelingen*, 43(19), 239-255.
- IM HOF, U. (1995) *A Europa no século das Luzes*. Lisboa, Editorial Presença.
- JASPAR, B. (1961) "Le Roi Jean VI du Portugal, fondateur du Brésil". *Revue de Deux Mondes*, 15 de Março de 1961, 246-265.
- LACERDA, D. de (2015) *Napoléon au Portugal. Le triomphe de l'armée luso-britannique sonne la fin de l'empire (1801-1814)*. Paris, Éditions Lanore.
- LIGHT, K. (2005) "A transmigração da família real de Portugal 1807-1808". En: *Guerra Peninsular. Novas interpretações. Actas do congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa, Tribuna da História, 267-285.
- MARTINS, C. (2018) Uma caixa negra, difícil de fechar. *Jornal Expresso*, 8 de Dezembro de 2018, Primeiro Caderno, 27.
- MARTINS, C. y COSTA, G. (2018) Angola quer as suas bonecas de volta. *Jornal Expresso*, 8 de Dezembro de 2018, Primeiro Caderno, 26.
- MATHIAS, Leonardo (2005) "Portugal e o contexto político internacional no início do século XIX". En: *Guerra Peninsular. Novas interpretações. Actas do congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa, Tribuna da História, 31-42.
- MAXWELL, K. (2001) *O marquês de Pombal*. Lisboa, Editorial Presença.
- NUNES, P. (2005) "As milícias e as ordenanças em Portugal durante a Guerra Peninsular". En: *Guerra Peninsular. Novas interpretações. Actas do congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa, Tribuna da História, 221-237.
- REGOURD, F. (2008) "Capitale savante, capitale coloniale: sciences et savoirs coloniaux à Paris aux XVIIe et XVIIIe siècles". *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, 55(2), 121-151.
- RÓMULO DE CARVALHO (1987) *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Biblioteca Breve, Volume CXII. Lisboa, Livraria Bertrand.
- SANTOS GRAÇA, L. M. P. dos (2005) "Resistência e conspiração no tempo da Guerra Peninsular. Um «francesismo» regional: acção e perseguição". En: *Guerra Peninsular. Novas interpretações. Actas do congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional*. Lisboa, Tribuna da História, 361-395.

- SERRÃO, J. V. (2002) *História de Portugal*. Volume VII. Lisboa, Verbo, 3.^a ed.
- SORIANO, S. J. da L. (1874) *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. Segunda Epoca. Guerra da Península. Tomo V – Parte II. Lisboa, Imprensa Nacional.
- SORIANO, S. J. da L. (1893a) *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. Segunda Epoca. Guerra da Península. Tomo III. Lisboa, Imprensa Nacional.
- SORIANO, S. J. da L. (1893b) *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*. Segunda Epoca. Guerra da Península. Tomo V – Parte I. Lisboa, Imprensa Nacional.
- THIREAU, M.; SPRACKLAND, R. y SPRACKLAND, T. (1998) “A report on Seba’s specimens in the herpetological collection of the Museum National d’Histoire Naturelle, Paris, and their status as Linnean types”. *The Linnean*, 13, 38-45.
- VICENTE, F. L. (2003) “Travelling Objects: The Story of Two Natural History Collections in the Nineteenth Century”. *Portuguese Studies*, 19, 19-37.
- VICENTE, A. P. (2004) “Panfletos anti-Napoleão”. En: J. Medina (dir.) *História de Portugal. Volume 10*. Lisboa, Ediclube, 59-84.
- WILCKEN, P. (2004) *Império à deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821*. Lisboa, Civilização Editora.
- ZÚQUETE, A. (2018) *Nobreza de Portugal. Os Reis*. Lisboa, Aletheia Editores.